

## 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PALMAS

**Objeto:** “Combate à violência e a intimidação sistemática na escola (bullying)”.

**Procedimento Extrajudicial: 2020.2804**

---

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A 10ª Promotoria de Justiça de Palmas realizou no dia 23 de junho de 2022, audiência pública, nos termos dispostos na Resolução nº 82, de 29 de fevereiro de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público, tendo como objeto, o debate e discussão sobre o combate à violência e a intimidação sistemática na escola ‘bullying’, visando colher elementos para instruir procedimentos instaurados na 10ª Promotoria de Justiça de Palmas, bem como buscar ideais e informações para o combate à violência, junto a representantes do setor público, privado, da sociedade civil organizada e da comunidade interessada.

**Local:** Ministério Público do Estado do Tocantins

**Mesa:** Compuseram a mesa de trabalhos, presidindo a Audiência Pública, o Promotor de Justiça titular da 10ª Promotoria de Justiça de Palmas, Doutor Benedicto de Oliveira Guedes Neto, Promotor de Justiça titular da 20ª Promotoria de Justiça da Capital, Doutor André Ricardo Fonseca Carvalho, bem como as demais autoridades, Evandro Borges Arantes (Presidente Conselho Estadual de Educação); Cândida Cecília Massugosse Arruda (Presidente do Conselho Municipal de Educação de Palmas); Markes Cristiana de Oliveira Santos (Superintendente de Educação Básica/SEDUC); Fábio de Souza Lopes (Presidente do SINTET/Regional Palmas); Nayara Gomes Costa Amorim (Polícia Militar do Tocantins); Fernando Gomes Oliveira (Major PMTO e Diretor do Colégio Estadual Militar do Tocantins Duque de Caxias); Lucélia Maria Marques Bento (Delegada de Polícia); Anice de Souza Moura (Superintendente de Educação Municipal de Palmas); Luís Carlos Barbosa da Silva (Representante do CREAS); Kleber Alves de Carvalho (Coordenador Geral do Conselho Tutelar); Marcela Aquine (Conselheira Tutelar); Hilma da Silva Costa (Coordenadora Estadual do Proerd/PMTO);

**Abertura:** Os trabalhos foram iniciados as dezenove horas e vinte e três minutos do dia vinte e três de junho de dois mil e vinte e dois, pelo presidente

da mesa, Promotor de Justiça, Doutor Benedicto de Oliveira Guedes Neto. Dando início aos trabalhos cumprimentou todas as autoridades presentes, seguidamente fez uma breve introdução dos dispositivos e regras da Audiência Pública, ocasião em que se apresentou, quando destacou a necessidade premente de um envolvimento de todos os órgãos responsáveis e sociedade civil organizada para que enfrentasse o tema de frente, quanto a violência em âmbito escolar destacando os dispositivos legais que garantem e previnem o bullying, que ao final o resultado da Audiência Pública possibilite boas ideias e projetos para enfrentamento do assunto.

**Debates:** Iniciando os debates e exposições, o Promotor de Justiça presidente da mesa, passou a palavra para o Promotor de Justiça, Doutor André Ricardo Fonseca Carvalho, que de início destacou sua atuação à frente da 20ª Promotoria de Justiça da Capital, quando explanou que houve um aumento relevante em relação a violência física e psíquica em ambiente escolar, expondo alguns casos recentes ocorridos em Palmas, ao final sugeriu a construção de um documento, ação de modo a minimizar a violência nas Escolas. Dando sequência, foi chamado para fazer uso da palavra o Sr. Evandro Borges Arantes, Presidente do Conselho Estadual de Educação, que no contexto de fato tem observado um aumento da violência nas Escolas, apontando ser um problema que não tem uma única causa, sendo um conjunto de fatores, que em um primeiro momento o Conselho poderá colocar à disposição das escolas da rede pública e da rede privada uma revisão dos regimentos, que orienta que as Escolas disponibilizem, na matrícula, uma cópia para cada aluno e/ou responsáveis. Na sequência, foi convidada a Presidente do Conselho Municipal de Educação de Palmas, Cândida Cecília Massugosse Arruda, fazendo uso da palavra, aduziu que enxerga a sociedade com problemas emocionais, que não é só uma questão de segurança pública, mas também de saúde pública, sugerindo a participação dos núcleos de saúde durante todo o processo, frisou que não são somente os alunos que estão com tais problemas, como também os profissionais da educação; que precisam estar imbuídos com a sociedade, com os órgãos de proteção, com o Ministério Público dentro das unidades escolares; por mais, trouxe informações quanto ao período da pandemia nas escolas, dinâmica das aulas, assim como as questões em que a pandemia pode ter contribuído para o aumento dos casos de bullying nas escolas; que o Conselho está em constante contato com as

Unidades Escolares Municipais com tratativas acerca dos casos de bullying. Ao final como proposta, sugeriu a necessidade de uma ação eficaz, partindo do Ministério Público, em conjunto com as demais parcerias, como Polícia Militar, Guarda Metropolitana e Conselhos Tutelares, voltada à comunidade escolar, com ciclos de palestras, fórum, campanhas publicitárias, debates, tendo como objetivo a prevenção e combate à violência, bem como o bullying nas Escolas, devendo ser estendidas a todas as repartições públicas alocadas no Município de Palmas. Seguindo, foi convidada a Superintendente de Educação Básica/SEDUC, **Markes Cristiana de Oliveira Santos**, na ocasião apresentou o quantitativo de escolas da rede pública estadual, distribuídas por todos os municípios do Estado do Tocantins, na sequência explanou sobre a relação da pandemia com o aumento dos casos de violência nas escolas; que estão em processo de revisão dos Regimes, devido ao processo que se encontram hoje; que a SEDUC fechou várias parcerias, dentre eles uma com o Tribunal de Justiça para a implementação do ciclo restaurativo nas Escolas; que no ano de 2021 todas as Escolas foram autorizadas a terem orientadores educacionais, além de 246 (duzentos e quarenta e seis) profissionais dentre psicólogos e assistentes que atuaram nas Escolas polos, bem como nas sedes das regionais, que darão suporte aos estudantes e profissionais da educação. Por sua vez, o Presidente do SINTET/Regional Palmas, **Fábio de Souza Lopes** iniciou sua fala trazendo dados de um estudo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; que o problema de violência nas Escolas é multissetorial; em seguida trouxe dois relatos, o primeiro em Escola Municipal, o segundo em outra Escola Municipal, está ocorrida em uma escola na região de Taquari; que a solução não é a edição de novas leis, que a sociedade precisa fazer seu papel; Em seguida, o Promotor de Justiça, Doutor Benedicto de Oliveira Guedes Neto fez uso da palavra, quando reforçou o modelo democrático que vivenciamos, sendo necessário respeitar a escolha de cada um dos pais quanto a escolha do modelo de ensino para seus filhos, oportunidade em que convidou **Fernando Gomes Oliveira**, Major PMTO e Diretor do Colégio Militar do Tocantins Duque de Caxias, quando explanou a atuação da Polícia Militar nas Escolas, bem como suas experiências nas atuações frente às Escolas; as dinâmicas empreendidas no Colégio Militar do Tocantins Duque de Caxias, o monitoramento e registro dos alunos matriculados na Unidade Escolar, dentre outras atividades e ações

desempenhadas pela Unidade Escolar, ao final aduziu que o aluno necessita se sentir importante, visto, reconhecido pela comunidade Escolar. Seguindo, foi convidada a Sargenta da Polícia Militar, **Nayara Gomes Costa Amorim**, atuante no PROERD que, de início, apresentou *slides* contando a história do programa, criação no Estado do Tocantins, atribuições, atuação nas Unidades Escolares, formação da equipe que atua à frente do programa, temas que são levados às Unidades Escolares, a exemplo do 'bullying'. Continuando os debates, foi estendido o convite a Delegada de Polícia, **Lucélia Maria Marques Bento** que, de início, cumprimentou todos os presentes, continuou explanando os registros que vem ocorrendo, bem como as hipóteses em que podem levar a caracterização do 'bullying', dentre eles o virtual, cyberbullying, sendo que este acarreta maior prejuízo à vítima, devido a sua divulgação, após explanou sobre os atos infracionais e suas consequências, bem como os procedimentos adotados. Dando seguimento, foi convidada Superintendente de Educação Municipal, **Anice de Souza Moura** que, iniciando destacou a importância de ser debatido o tema, quando parabenizou cada profissional da Educação, expondo o quantitativo das Unidades Educacionais do Município de Palmas, o quantitativo de alunos inseridos no sistema Municipal de Educação, a atual situação da Rede Municipal de Ensino, bem como as providências que vem sendo adotadas para combater os diversos tipos de violências existentes, ao final deixou como sugestão a necessidade de uma reflexão quanto à postura adotada pelos pais, pelos profissionais da educação, bem como a sociedade em geral, na medida em que estão poderão ter reflexos na conduta das crianças e jovens. Foi convidado o Representante do CREAS, **Luís Carlos Barbosa da Silva** que, iniciou sua fala dissertando suas atuais atribuições à frente da Equipe de Serviços de Medidas Socioeducativa em Meio Aberto, quando apresentou a composição da Equipe Multiprofissional, o papel desempenhado por cada profissional, as medidas socioeducativas passíveis de serem aplicadas pela autoridade judiciária, bem como os instrumentos legais e seus pilares. Avançando com os debates, foi convidado o Coordenador Geral do Conselho Tutelar, **Kleber Alves de Carvalho**, que ao fazer uso da palavra convidou **Marcela Aquine**, Vice-Coordenadora do Conselho Tutelar, para auxiliá-lo, quando iniciou sua fala descrevendo as atribuições do Conselho Tutelar relativo as demandas, a distribuição territorial do Conselho Tutelar no Município de Palmas. Seguindo, foi dada oportunidade para Marcela Aquine,

que reforçou as atribuições do Conselho Tutelar, informando também os dispositivos legais, bem como os números de encaminhamento das situações de 'bullying' pelas Escolas aos Conselhos Tutelares, informando que há somente um registro de 'bullying' desde sua chegada ao Conselho, ocasião em que orientou as Escolas a informarem os Conselhos para que possam acionar a rede de proteção. *Encerrou-se os debates.*

**Perguntas:** Dando continuidade à Audiência Pública, o Promotor de Justiça Benedicto Oliveira Guedes, informou a dinâmica das perguntas em relação as pessoas que fizeram a inscrição, previamente, para fazer uso da palavra, quando apresentou a Sra. Mister que, fazendo uso da palavra, questionou quanto a problemas relatados na Escola Maria dos Reis, bem como questionamentos quanto a fichas encaminhadas pela Escola ao Conselho Tutelar. Na ocasião houve resposta aos questionamentos pelo Sr. Fábio de Souza Lopes, bem como pela Sra. Marcela Aquine. A partir daí iniciou-se os questionamentos dos inscritos, quando o Promotor de Justiça, Dr Benedicto Oliveira Guedes, fez a leitura e os direcionamentos devidos, sendo respondidos diversos questionamento, acerca dos variados assuntos abordados na Audiência Pública, como violência nas Unidades Escolares, dificuldades, atribuições da Rede de Proteção, Conselho Tutelar, falhas do sistema, sugestões e outros.

**Encerramento:** Finalizando a Audiência Pública, o Promotor de Justiça cumprimentou a todos, agradecendo a presença e participação, dando por encerrada a audiência pública.

**Participação:** Foi registrada a presença de 94 (noventa e quatro) participante presenciais, além de 88 (oitenta e oito) participantes online que participaram através do canal do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional/CESAF, na plataforma Youtube – Link (<https://www.youtube.com/watch?v=Q93n-b7k654&t=1710s>)

**Demais registro e providências:** **1** - A audiência pública foi registrada em sistema próprio de áudio e imagem, através do link <https://www.youtube.com/watch?v=Q93n-b7k654&t=61s>; **2** - Esta ata é acompanhada do registro em meio digital de áudio e imagem, da lista de presença, de comunicações recebidas via email, das inscrições para manifestação e perguntas escritas recebidas, que dela fazem parte integrante; **3** – A presente ata será juntada aos autos procedimento investigatórios abertos

nesta Promotoria de Justiça; **4** – A ata será afixada no mural da sede do Ministério Público do Estado do Tocantins; **5** - A ata será publicada no sítio eletrônico do MPTO; **6** - A publicação da ata será comunicada por e-mail aos participantes inscritos no endereço eletrônico cadastrado na lista de inscrição; **7** - A ata será encaminhada ao Procurador-Geral de Justiça para conhecimento, na forma do art. 4º, §1º, da Resolução nº 82, de 29 de fevereiro de 2012, do CNMP.

Eu, Helmuth Perleberg Neto, Oficial de Diligências, 10ª Promotoria de Justiça, que digitei e subscrevo. Nada mais havendo a tratar foi lavrada a presente ata, composta por 06 (seis) laudas, as quais seguem assinadas eletronicamente.

Palmas, 19 de julho de 2022.

**Benedicto de Oliveira Guedes Neto**  
Promotor de Justiça  
10ª Promotoria de Justiça da Capital

**André Ricardo Fonseca Carvalho**  
Promotor de Justiça  
10ª Promotoria de Justiça da Capital

**Helmuth Perleberg Neto**  
Oficial de Diligências  
10ª Promotoria de Justiça